



Escola, gênero e sexualidade: olhares que precisam se encontrar

School, gender and sexuality: looks that need to be meet

Dina Maria Vital Ávila ⁽¹⁾

Página | 926

⁽¹⁾ ORCID n^o, <https://orcid.org/0000-0002-9045-0472>, Professora de Educação Especial; Secretaria Municipal de Educação (SEMED); Maceió, AL; Brazil. Professora de Psicologia da Educação; Secretaria Estadual de Educação (SEDUC); Maceió, AL; Brazil. E-mail:dinamariavital@gmail.com

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 02 de novembro de 2020; Aceito em: 23 de dezembro de 2020; publicado em 31 de 01 de 2021. Copyright© Autor, 2021.

RESUMO: O estudo se propõe analisar as relações entre meninas e meninos frente às práticas educativas nas ambiências da escola, visando compreender se essa instituição favorece a produção desigual das relações de gênero e sexualidade e o fortalecimento de uma cultura patriarcal. O aporte teórico tem bases nos estudos feministas e perspectiva pós – estruturalista. O percurso metodológico tem enfoque epistemológico na pesquisa descritiva de dados empíricos e base qualitativa. Para a coleta de dados escolheu-se a observação participante, registro de campo e análise bibliográfica. A pesquisa de campo foi realizada em uma escola dos anos iniciais de ensino fundamental da rede pública municipal de Maceió – AL, Brasil. Os sujeitos envolvidos, foram 56 crianças de ambos os sexos e idade de 6 a 11 anos, cursando do 1º ao 5º ano. Os resultados apontam que a escola opera, enquadrando essas crianças no modelo patriarcal de referência da sociedade moderna ocidental, atribuindo afazeres e brincadeiras diferenciadas para meninas e meninos. Nessa orientação as meninas são intuitivas, maior desempenho nas ciências humanas e habilidades para brincar de boneca e casinha e os meninos são analíticos, maior desempenho nas ciências exatas e habilidades para jogar bola e brincar de lutas

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, Sexualidade, Cultura Patriarcal.

ABSTRACT: The study purpose to analyze the relations between girls and boys in relation to educational practices in school environments, aiming to understand whether this institution favors the unequal production of gender and sexuality relations and the strengthening of a patriarchal culture. The theoretical contribution is based on feminist studies and a post - structuralist perspective and the methodological approach has an epistemological focus on the descriptive research of empirical data and qualitative basis. For data collection, participant observation, field record and bibliographic analysis were chosen. The field research was execute in a school in the early years of elementary education in the municipal public school in Maceió - AL, Brazil. The subjects involved were 56 children of both sexes and aged 6 to 11 years, attending the 1st to the 5th year. The results indicate that the school operates, framing these children in the patriarchal model of reference of modern western society, assigning different chores and games for girls and boys. In this orientation, girls are intuitive, higher performance in the humanities and skills to play doll and house and boys are analytical, higher performance in exact sciences and skills to play ball and play fights.

KEYWORDS: Gender, Sexuality, Patriarchal culture.

INTRODUÇÃO

[...], desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas (LOURO, 2003, p. 57).

O presente estudo se propõe analisar as relações de gênero nos espaços e tempos de uma escola dos anos iniciais da rede pública municipal de Maceió – AL Brasil e o intuito foi compreender como a prática educativa na escola favorece a produção das diferenças entre meninas e meninos fortalecendo o contínuo de uma cultura patriarcal.

Para esse estudo, escolhemos como aporte teórico, os estudos feministas¹ (FURLANI, 2011; MEIER, 2008; LOURO, 2000, 2003 e 2008) e teorizações pós-estruturalistas por entendermos que a teoria pós-estruturalista² aqui empreendida, compreende a produção de corpos, durante todo o processo de vida, ocorrendo por meio das múltiplas instituições sociais e práticas educativas, diferente das orientações que abordam a produção de corpos como entidades biológicas, definidoras das diferenças entre meninas e meninos, homens e mulheres.

Nessa discussão, os estudos de Vianna e Finco (2009, p. 266-268) observam que desde o nascimento de uma criança, são impressas marcas que regulam maneiras distintas de gênero e na escola esse processo tem continuidade, assim, meninas e meninos têm seus comportamentos modelados continuamente pelas práticas educativas nas múltiplas instituições e nos tempos e espaços da escola.

¹ Nesse estudo nos referimos a geração chamada terceira onda feminista que surgiu a partir da década de 80 do século XX, e perdura até os dias atuais. Nessa fase, o movimento repensa as suas ações e aprofunda reflexões e discussões vistas nas gerações anteriores. O objetivo da terceira onda consiste no reconhecimento das diversas identidades femininas e o abandono da ideologia do “feminismo vítima”, vista no feminismo da segunda onda. A terceira onda reconhece a interseccionalidade dos fatores de vulnerabilidade e prevê ênfase à situação da mulher vulnerável à violência por seu pertencimento racial, étnico ou condição de migrante, de refugiada, de gênero, condição física, sensorial e intelectual, geracional, classe social, crença religiosa, privação de liberdade, entre outras identidades (LOURO 2008).

² O Pós-estruturalismo é uma corrente de investigação filosófica com ênfase na recusa dos fundamentos filosóficos tradicionais. Vem problematizar e transformar os princípios teóricos do estruturalismo, o seu antecessor, propondo discussões referentes à desconstrução de noções binárias enquanto fontes de verdades absolutas. Além das diferenças entre as classes sociais, o pós-estruturalismo questiona a sociedade em outras formas de dominação que redundam na exclusão das minorias identitárias, como, as relações étnico-raciais, de gênero e de sexualidade, entre outras identidades sociais (FURLANI, 2011).

Dessa forma, na escola, a ciência que constitui as disciplinas curriculares “torna o conhecimento, uma crença dogmática” e incontestável (MORENO, 2003, p. 9), porém, face a impermanência dos fatos e fenômenos que ocorrem no dia a dia, observamos que as verdades, longe de serem tomadas com absolutas, são provisórias e se alteram com a emergência das contínuas necessidades da adaptação humana à realidade. Nessa provisoriedade, antigos modelos científicos precisam ser abandonados dando lugar a novas formas de interpretação de mundo e a instituição escolar tem lugar de destaque frente a essa discussão e precisa romper com os modelos de organização curricular rígidos que preveem tratamentos desiguais na educação de meninas e meninos.

Essa pesquisa ocorreu em uma escola pública municipal de Maceió - AL a partir de observação participante e registro de campo das práticas educativas com 56 crianças entre meninas e meninos com idades de 6 a 11 anos, cursando do 1º ao 5º ano.

O estudo pretende analisar e questionar se a instituição escolar contribui para a produção de gênero entre meninas e meninos, fortalecendo uma cultura patriarcal.

É nesse cenário que essa pesquisa pretende se debruçar.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método qualitativo escolhido para orientar essa pesquisa apresentou como um dos traços principais, o contexto natural no qual o estudo foi realizado, utilizando para a coleta e produção de dados, os seguintes procedimentos:

a) Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica foi indispensável ao desenvolvimento do estudo servindo como base para a sua fundamentação teórica.

Pôde-se observar em Severino, que a pesquisa bibliográfica,

tem por objetivo conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre determinado tema. Ela dá suporte a todas as fases de qualquer tipo de pesquisa, uma vez que auxilia na definição do problema, determinação dos objetivos, construção de hipóteses, fundamentação e justificativa da escolha do tema e na elaboração do relatório final. (SEVERINO, 2000, p.63).

Observou-se assim, a importância da pesquisa bibliográfica como um dos eixos norteadores desse estudo.

b) Observação Participante.

É indispensável na pesquisa de campo por ser considerada o ponto de partida da investigação social. É através dela que podemos identificar as possibilidades a serem trabalhadas no campo de observação. Marconi e Lakatos afirmam que a observação “[...]utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Consiste em ver, ouvir e examinar fatos ou fenômenos [...]” (2011, p. 90), preparando os sujeitos da investigação para a utilização de variadas técnicas de coleta de dados.

A partir desse pressuposto, precisamos conhecer um pouco sobre as experiências de professoras e professores em relação a trajetórias da produção de corpos, não apenas para qualifica-las, mas também para interpretá-las. Segundo Minayo,

A pesquisa qualitativa pressupõe conhecer o fenômeno de forma aprofundada, não estabelece a amostra, a formulação das hipóteses, são, em suma, afirmações provisórias a respeito de determinado problema em estudo. A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. A principal característica das pesquisas qualitativas é o fato de que estas seguem a tradição ‘compreensiva’ ou ‘interpretativa’. As características da Pesquisa Qualitativa, se destacam por ter como fonte de dados o ambiente natural, onde o pesquisador é o instrumento principal. Ela é descritiva/analítica, valorizando muito o processo e não apenas o resultado. (MINAYO, 2001, p. 21).

A pesquisa foi realizada com 56 crianças entre meninas e meninos de 6 aos 11 anos de idade, cursando do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. A coleta dos dados primou pela pesquisa bibliográfica, observação participante e registro sistemático de campo do comportamento de gênero dessas crianças frente a prática educativa de professoras e professores em sala aula e no tempo livre do recreio na ausência das intervenções, assim como o olhar e intervenções dessas/es professoras/es em relação ao comportamento das crianças.

O *locus* da pesquisa foi uma escola pública municipal de ensino fundamental de Maceió-AL, Brasil.

O tempo considerado para a coleta dos dados ocorreu no período de abril a agosto do ano de 2019, com frequência da pesquisadora, de uma vez por semana e as crianças estavam concentradas em três salas de aula respectivamente.

O registro dos dados obtidos foi realizado por meio de registros sistemáticos no período imediato à observação participante e paralelo à pesquisa bibliográfica.

As técnicas utilizadas para a coleta dos dados da pesquisa tiveram suporte em parâmetros previamente definidos, como:

- a) Observação participante e registros dos comportamentos, na perspectiva de gênero, das professoras e professores (gestos, silenciamentos, omissões...) na relação com as crianças, em ambiências da sala de aula;
- b) Observação participante e registro sistemático dos comportamentos de gênero de meninas e meninos, na ausência das intervenções de professoras/es, no tempo livre do recreio;
- c) Espaços escolhidos pelas crianças para as brincadeiras, escolha de brinquedos, interação entre meninos e meninas em uma só brincadeira, divisão de trabalhos e tarefas na sala de aula.

REFERENCIAL TEÓRICO

Gênero uma categoria relacional de análise histórica

Gênero como uma categoria relacional de análise histórica, surgiu a partir da segunda metade do século XX motivado pelo protesto dos movimentos operários de mulheres movidas pela liberdade de expressão e por direitos de igualdade social, porém, ao longo dos tempos, a concretização desses direitos, foi e continua sendo cerceada pela lógica patriarcal da sociedade moderna ocidental (SCOTT, 1989).

Outro objetivo dessa luta foi motivado para distinguir a esfera anatômica da esfera social do sujeito, tomando como base a certeza de que nascemos machos, fêmeas ou intersexuais (este último corresponde a ambiguidade genital), no entanto, a significação que se dá a essas características sexuais são produtos da construção histórica das culturas (CARVALHO *et al.* 2009).

Ao longo da história, Índices alarmantes de violência contra mulheres têm sido cruéis e em pleno Século XXI, os dados do Relatório: “A armadilha do gênero: Mulheres, violência e pobreza” (BRASIL, 2010), afirmam que os índices de 70% das pessoas pobres do planeta são mulheres. Assim, percebe-se que não existe luta de classe que não seja também feminista e essa intersecção de gênero e classe social não pode estar distante dos olhares da escola.

Ao trazer para esse artigo os índices de violência contra a mulher, enfatizamos que apesar do objeto desse estudo estar pautado na perspectiva dos estudos feministas voltado para o viés da produção das diferenças de gênero na infância, enfatizamos as questões étnicas, de classe social, condição física, intelectual, religiosa, intergeracional e territorial entre outras, têm grandiosa importância, pois quando tratamos da mulher como a outra, inferiorizada no binômio das relações de poder, a mulher preta, homossexual e de fé candomblecista tem estado literalmente à margem do currículo escolar e da sociedade ³.

Nessa trama social, a pensadora negra Djamila Ribeiro em consonância com Lélia Gonzalez, evidencia que o conhecimento científico que tem atravessado os países colonizados, obedece a uma hierarquia “e quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco” (RIBEIRO, 2017, p.16).

O impacto dessa hierarquização, legitimou ao longo da história de exclusão da mulher negra, o conhecimento científico patriarcal e eurocêntrico, autenticando exclusividade ao pensamento moderno ocidental, motivo que validou e continua validando esse conhecimento como dominante, ao tempo em que nega outras experiências do conhecimento. Diante desse contexto, podemos refletir sobre o poder de fala e não fala da mulher negra na sociedade moderna ocidental.

O reconhecimento da importância do feminismo negro para o combate às desigualdades e para o enfrentamento da ciência patriarcal é de vital importância para a legitimação de novas formas de ser mulher.

Como a escola ensina a ser menina e ser menino?

Ao longo dos tempos, a linguagem considerada para a apresentação do mundo e do conhecimento à humanidade tem sido constituída por tratamento desigual que modela e discrimina comportamentos, crenças e valores de meninas e meninos, homens e mulheres e “as atitudes e atividades da sociedade e da escola captam a presença do

³Na primeira onda, “um grande dilema que o feminismo hegemônico viria a enfrentar: a universalização da categoria mulher. Esse debate de se perceber as várias possibilidades de ser mulher, ou seja, do feminismo abdicar da estrutura universal ao se falar de mulheres e levar em conta as outras intersecções, como raça, orientação sexual, identidade de gênero, foi atribuído mais fortemente à terceira onda do feminismo, sendo Judith Butler um dos grandes nomes (RIBEIRO, 2017, p. 14)

sexismo⁴ nos diferentes artefatos culturais, na linguagem, no conteúdo das diferentes disciplinas do currículo escolar e na forma de apresentação dos conteúdos nos livros didáticos” (MORENO, 2003, p. 9). Nessa perspectiva, a escola tende a regular e moldar comportamentos, imprimindo nos corpos das crianças, modos diferentes de ser menina e ser menino, motivo que pode reverberar em desigualdades, preconceitos e discriminação de gênero.

O processo de regulação dos corpos das crianças tem reforço no uso do idioma da língua portuguesa que prima e legitima as características de um gênero, o masculino, em detrimento do feminino. Nesse sentido, a prevalência do substantivo masculino para se referir aos gêneros, vem carregada por uma concepção androcêntrica⁵ que situa o homem no centro das decisões políticas, econômicas e sociais, marginalizando a mulher

Nesse sentido, a sala onde se reúnem professoras e professores é nomeada sala ‘dos professores’ (MORENO, 2003). Assim, observamos que o acervo de um idioma, o dialeto que compõe determinada comunidade linguística, prenuncia categorias linguísticas, imprimindo na sociedade, a forma “certa” de interpretar o mundo e como seus membros devem se comportar. A maneira como a sociedade está dividida depende dos interesses de cada cultura e a gramática da língua portuguesa tem legitimado a desigualdade, quando nega a forma feminina da linguagem, abstraindo da mulher o papel de sujeito próprio.

Os sistemas linguísticos são dispositivos de controle e regulação que trazem em seu bojo, significados e padrões impressos por determinada comunidade. Esses sistemas são artefatos culturais e na perspectiva de gênero, os ensinamentos são aprendidos e continuamente repetidos a ponto de se tornarem ‘naturais’, quando na realidade são características aprendidas para fazerem jus aos interesses do sistema patriarcal que ensina diferentes comportamentos a meninas e meninos, colocando o homem no centro das decisões e a mulher à margem das deliberações políticas econômicas da sociedade.

Em outras sociedades, “a antropologia nos mostra como esses sistemas de classificação não são iguais para todos os povos. [...], existem línguas que, como o *hopi*, não possuem termos que indiquem o gênero a que pertence a pessoa de quem se fala, [...]” (MORENO, 2003, p.15).

⁴ É um modelo aprendido que trata da discriminação ou tratamento indigno a um determinado sexo, na história atual, o gênero feminino (CARVALHO *et al.* 2009).

⁵ Modelo herdado do Sistema Patriarcal que coloca o homem no centro das decisões políticas e econômicas, marginalizando a mulher à esfera privada ou empregos de salários inferiores a este homem.

Nessa perspectiva, diferente da cultura *hopi*⁶, a concepção patriarcal presente na língua portuguesa tem atravessado décadas e séculos, influenciando gerações, remontando épocas longínquas, conformando nossa forma de ver e estar no mundo; condicionando valores, crenças e culturas e a escola precisa ser crítica e reconhecer que o sistema patriarcal exerce poder na educação escolar e esse reconhecimento é um dos caminhos para que essa instituição se organize para tentar desconstruir a linguagem regulatória que controla a desigualdade nas relações de gênero.

No diálogo entre biologia e cultura, Anne Fausto-Sterling (2012) lança mão dos estudos da bioquímica e da neurobiologia, afirmando a construção social do gênero. Tal evidência advém de pesquisas com meninas e meninos em ambientes culturalmente produzidos (falas, gestos, cores, mobiliários, organização física do ambiente). Essa pesquisa enfatiza que brinquedos distintos como carrinho e bola para meninos e bonecas e panelinhas para meninas moldam o binário de gênero. A estudiosa enfatiza ainda, tendo como foco a influência de ambientes culturalmente produzidos para a construção das identidades de gênero, que a partir dos três anos de idade, a criança já consegue assimilar as diferenças entre os sexos. E é aí que a identidade de gênero emerge com maior destaque e ao chegar na escola, essa criança já tem aprendido sua identidade de gênero e a instituição escolar dá continuidade a essa aprendizagem, legitimando continuamente a cultura patriarcal.

No cenário referente ao nascimento de uma criança, “a declaração ‘É uma menina’ ou ‘É um menino!’ [...], mais do que uma descrição pode ser compreendida como uma definição ou decisão sobre um corpo” (LOURO, 2008, p.15). Tal afirmação destaca que mesmo antes do nascimento, com a notícia da definição do sexo do bebê, esse processo de produção de identidades de gênero já se inicia na vida intra uterina, persistindo em todas as etapas da existência, passando pelas instituições educadoras, como a escola por exemplo, e nessa instituição, as brincadeiras no pátio expressam e fabricam meninas e meninos, visando atender aos interesses da sociedade moderna ocidental que valida o estereótipo hegemônico do homem branco, cristão, ocidental, burguês, masculino e heterossexual (FURLANI, 2011).

Nos momentos de tempo livre do recreio, Moreno (2003, p.27) observa que “as manifestações espontâneas nas brincadeiras dos meninos costumam ser de caráter agressivo, como no caso de uma disputa de bola, no jogo de futebol”, configurando

⁶ Tribo *hopi* – Povos tradicionais da América do Norte

grandes espaços para essas brincadeiras e em contrapartida, as meninas aprendem por meio de ensaios para as prendas do lar e a maternidade utilizando para essas aprendizagens, espaços mínimos, os quais limitam os movimentos dessas meninas.

Assim, os contínuos reforços materializados nas práticas educativas por meio de gestos, omissões, punições, falas, regulações, controle e silenciamentos são manifestados para enquadrar crianças na perspectiva do binômio de gênero. Esses enquadramentos tendem a gerar continuamente, um binário que lentamente institui relações desiguais, a exemplo da divisão sexual do trabalho, na qual as meninas são ensinadas, desde cedo para atuar na esfera privada do lar pois, são submissas, obedientes, afetuosas e apresentam habilidades para o cuidado com crianças. Em contrapartida, os meninos são ensinados para atuar no mercado do trabalho por possuírem habilidades de visão espacial de longas distâncias, são racionais e fortes e por isso estão aptos a desenvolverem atividades ligadas as decisões que envolvem a lógica matemática no mercado de trabalho.

Gênero ou sexo, como a escola atua e concebe seus ensinamentos a meninas e meninos?

Na sociedade patriarcal, a categoria de gênero resulta de um processo de construção sociocultural de dominação masculina, originada nas diferenças sexuais (macho x fêmea), geradoras de desigualdades e assimetrias (CARVALHO, *et al.*, 2003). Nesse sentido, concebe-se o gênero como uma categoria de construção histórica e cultural utilizada para distinguir a dimensão sociocultural da dimensão biológica associada à natureza (sexo biológico) e de acordo com o conceito de sexo, nascemos macho ou fêmea e o gênero se constitui nas experiências culturais.

Gênero como uma categoria relacional de análise histórica, discutida por Abreu; Andrade (2010), remete que a existência de um objeto só é possível mediante a consciência de outro objeto, assim, só é possível a existência feminina, frente a existência masculina e vice e versa. Nesse sentido, o movimento feminista luta pela igualdade sociopolítica e econômica em relação ao poder dado aos homens, pelo sistema patriarcal

No cenário da escola pesquisada, observou-se que as narrativas de professoras e professores se processam tomando como base, as diferenças do caráter anatômico dos

sexos macho e fêmea. Neste sentido, a biologia seria fator determinante para os variados comportamentos de meninas e meninos. Essa lógica imprime aos ensinamentos dados a essas crianças, à natureza como um elemento definidor e imensurável das diferenças de gênero. Isso implica afirmar que as meninas apresentam habilidades inatas para brincar de boneca, de casinha, serem intuitivas, afetuosas e apresentarem melhor desempenho nas ciências humanas, enquanto que os meninos têm habilidades inatas para jogar bola, brincar de luta e maior desempenho nas ciências exatas

Em relação a essa proposição que situa o sexo biológico – macho e fêmea - como elemento garantidor de ações, gestos, pensamentos e sentimentos de meninas e meninos, indagamos: por que controlar e regular corpos, se esses comportamentos são considerados, expressões inatas pautadas nas diferenças dos sexos?

Nesse sentido, observamos contradição nas ações de professoras/es, quando tentam controlar expressões corporais de meninas e meninos através de estratégias de reforço positivo ou de punição, quando o comportamento dessas crianças não se encaixa aos padrões de comportamentos indicados como “verdades” para os valores sociedade patriarcal. (FAUSTO-STERLING,2012).

Essas evidências nos levam a refletir que a escola está imersa em uma sociedade de primazia da masculinidade dominante, que dita a heteronormatividade, secundarizando e discriminando outras formas de masculinidades e feminilidades, de ser menino e ser menina (FURLANI, 2011).

Moreno (2003, p.63) comenta que “Professoras e professores, que vão avaliar as capacidades matemáticas de seus alunos, também têm ideias preconcebidas a respeito das capacidades matemáticas de meninas e meninos”. Essa afirmação tem reflexo na formação que elas (professoras) receberam ao longo de suas vidas, pois, também são produtos do sistema de valores patriarcais. Assim, para Moreno (2003, p.24) “Homens e mulheres compartilham a visão androcêntrica, pois nela foram educados e não puderam ou não quiseram esquivar-se”. Nesse sentido, elas/es precisam de olhares atentos e questionadores em relação a si e prática educativa dada às crianças, pois se essas são produtoras de cultura e portadoras de história, a escola tem papel fundamental no processo de aprendizagem e desenvolvimento para uma educação justa que considere essas crianças como seres de gênero e sujeitos integrais, em constante movimento, nas dimensões: física, afetiva, intelectual social e cultural (FINCO, 2003; ARROYO, 2012).

Ainda em relação ao papel da escola, Louro (2003, p. 01) revela que:

A instituição escolar é o espaço privilegiado no livro, mas certamente não é seu alvo exclusivo. Recebe especial atenção, o modo como os sujeitos, em reações sociais atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, vão construindo suas identidades, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo.

Nesse sentido, o processo de produção dos corpos é contínuo e tênue e muitas vezes imperceptível e é no percurso das práticas cotidianas da escola, nos discursos autorizados de professoras e professores, que as identidades vão tomando forma. Assim, os olhares precisam estar atentos às práticas vistas como “naturais”, pois, são as palavras, as ações, os gestos e as crenças vistas como banais, que merecem a atenção e questionamentos permanentes no cotidiano escolar (LOURO, 2000).

As pesquisas que evidenciam os estudos do desenvolvimento da criança dos seis aos onze anos nos espaços e tempos da escola, raramente analisam a perspectiva da construção das identidades de gênero (VIANNA; FINCO, 2009). Essa observação remete à escassez de estudos nessa linha de pesquisa que precisa ser incitada, com vistas a inquietar pesquisadoras e pesquisadores para contribuírem por uma educação justa.

Assim, para que a escola possa garantir às crianças, o direito de ser diferente com igualdade de oportunidades para o pleno desenvolvimento, é basal entender que “[...] o gênero como um elemento culturalmente construído, diferenciando-o do sexo (biologicamente natural); [...] abre as possibilidades com vistas à superação de preconceito de gênero, da visão do ser feminino como frágil e submisso” (BONFIM, 2009, p. 37).

Essas reflexões precisam atentar as práticas educativas para um olhar crítico, contínuo e permanente em relação ao conhecimento científico do currículo, a fim de que se possa perceber e compreender que “fundamentos científicos que discriminam a mulher devem ser recusados pela escola, para que esta não se converta em cúmplice ideológica da ciência e assim, possa romper a cadeia de transmissão do androcentrismo” (MORENO, 2003, p.12). Para isto, os sentidos precisam estar desconfiados do que é percebido como “natural”. Os gestos e as ações comuns ou menos importantes, devem ser considerados, pois, quando a “diferença é usada para fundamentar a desigualdade, cria-se um discurso discriminatório” (CARVALHO, 2009, p.10) e as diferenças tendem a gerar relações de poder, criando comparações, que situam a mulher à margem das decisões políticas e econômicas na sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período de abril a agosto de 2019, uma vez semanal decorrida na escola, pôde-se observar que o contexto escolar “respira” a predominância do masculino.

Retratos de cenas de gênero observadas no cotidiano da escola pesquisada

- 1- No percurso da pesquisa, foi possível observar que a prática educativa das professoras e professores⁷ estava atravessada pelos meandros da ciência patriarcal. Assim, artefatos culturais como o livro didático, muito utilizado em sala, a organização da sala de aula estruturada por carteiras enfileiradas, separando as meninas dos meninos, por meio cartazes de cores rosa para meninas e azul para os meninos⁸.
- 2- Nas brincadeiras do pátio da escola, meninas e meninos seguiam o modelo de separação imposto na sala de aula, assim, a brincadeira de pular corda era escolhida por meninas e o jogo de bola/futebol era brincadeira dos meninos.
- 3- Na relação de uma professora do 1º ano (ensino fundamental), com crianças de seis anos, observou-se num dado momento em sala de aula, gestos de censura e controle da professora quando uma menina se sentou numa das carteiras marcadas pelo cartaz azul. O gesto de desagrado ao olhar para a menina sentada na ala das carteiras marcadas pelo cartaz azul, levou a criança a se deslocar para o seu lugar orientado pelo cartaz cor de rosa.
- 4- Nessa escola, as crianças que cursavam o 1º ano, por serem mais novas na idade e na escola, tinham seu horário de lanche e brincadeiras separado do recreio das demais crianças de sete aos onze anos (decisão da escola). Podia se perceber que algumas delas (seis anos) ousavam borrar, transgredindo as fronteiras de gênero e meninas e meninos dividiam o lanche, brincavam no mesmo espaço sentadas ou correndo;

⁷ No período que decorreu o estudo, a pesquisadora realizou observação participante, e foi possível, permanecer nas salas de aula, observar as brincadeiras no pátio, participar do momento de descanso com as/os professoras/es, assim como participação em alguns dos momentos de planejamento pedagógico. Essa possibilidade só foi possível porque a pesquisadora havia feito parte do quadro docente nessa escola em anos anteriores. Assim, alguns registros mentais datam desse período anterior.

⁸ Esses cartazes (cores rosa e azul) estavam afixados uma cor de cada lado da lousa e marcados pelos nomes das crianças e suas respectivas datas de aniversário.

-
- 5- No ingresso ao 1º ano do ensino fundamental, as crianças⁹ ainda não têm incorporadas totalmente certas regras que estruturam essa etapa de ensino, e o binário de gênero ainda não é tão marcante para elas (percepção da pesquisadora);
- 6- Os silenciamentos de professoras/es frente a certas falas de meninos, atraiu a atenção na observação. Uma das expressões feita por um menino na sala do 5º ano, foi o convite a uma menina para ser sua namorada, porém ele impôs condições com certo imperativo na voz: - Quando eu chegar do trabalho, a comida deve estar pronta!
- 7- Observa-se que o silenciamento da professora nessa intervenção do menino é uma linguagem que fortalece a produção das diferenças de gênero, gerando desigualdade. Essa criança com dez anos de idade já tem internalizado certas regras provenientes do sistema patriarcal¹⁰.
- 8- Uma brincadeira envolvendo meninas e meninos, o cabo de guerra¹¹ que, ganhava a equipe que puxasse com mais força (medição de força física), as meninas puxavam uma extremidade do cabo e os meninos faziam força no lado oposto do cabo. Esses momentos, possibilitaram a visualização de que meninas e meninos tendem a reproduzir o modelo orientado nas práticas educativas da escola, legitimando assim, a produção da diferença de gênero entre meninas e meninos;
- 9- A chamada em sala de aula era denominada por “caderneta de frequência dos alunos” e na sala onde professoras e professores descansavam e planejavam suas aulas, a frase que figurava acima da porta estava nomeada como “sala dos professores”. Além dessas observações, percebemos que o espaço da merenda também informava a predominância do masculino como “sala dos alunos” e até a quantidade do lanche era medida pelo gênero. Assim, as professoras que acompanhavam e orientavam a distribuição do lanche eram unânimes ao dizerem. “Coloque uma quantidade maior para os meninos, pois eles precisam de muita

⁹ Muitas dessas crianças ainda não frequentaram uma escola e outras vêm da etapa da educação infantil.

¹⁰ Para as teóricas feministas, o sistema patriarcal tem base sociopolítica e coloca o homem (branco, cristão, burguês, heterossexual) em situação de poder de decisões. As sociedades patriarcais têm gênero masculino e a heterossexualidade como superiores em relação a outros masculinidades e orientações sexuais. Verifica-se uma base de privilégios para esses homens (FURLANI, 2011).

¹¹ Cabo de guerra, também conhecido por jogos da corda, é uma atividade esportiva que envolve força, onde duas equipes disputam entre si, um teste da mesma.

energia para correrem e jogarem bola, pois quando comem pouco, ficam reclamando de fome quando retornam à sala e isso dificulta a minha aula!”.

10-Outro elemento observado na pesquisa, foi o comportamento regulatório da professora diante do modo de sentar de uma menina. Em sua fala, a professora chama a atenção da criança dizendo: “meninas não podem sentar de qualquer jeito, pois são mocinhas! E continuou: os meninos, esses são por natureza desajeitados!”

11-Uma gincana promovida pelas professoras em sala de aula, coloca os meninos de um lado e as meninas do outro lado da sala de aula. O tema, as quatro operações matemáticas e nessa disposição da sala que separa meninas de meninos, a professora afirma: “Os meninos dessa sala são bons nas contas! melhores que as meninas!”

12-O olhar da professora, quando avalia o desempenho acadêmico nas diferentes disciplinas curriculares, mostra que os meninos aprendem a linguagem matemática com facilidade, pois eles são objetivos e foram feitos para pensar.

Dessa forma podemos perceber nessa pesquisa, que determinados comportamentos, regulações, gestos, falas das professoras podem moldar a produção binária de gênero.

Nesse sentido, Louro (2003) indaga: “é de se esperar que os desempenhos nas diferentes disciplinas revelem as diferenças de interesses e aptidão “características” de cada gênero? Sendo assim, teríamos que avaliar alunos e alunas através de critérios diferentes” (2003, p.63 - 64).

Essas práticas ditas “naturais”, precisam ser questionadas, assim como devem ser foco de atenção o modo como se ensina.

A divisão de tarefas, formação de filas, de grupos e outras atividades, mereceram destaque no olhar dessa pesquisa, confirmando as hipóteses preestabelecidas no estudo. Diante dessa confirmação de hipótese, nota-se determinadas práticas educativas, controlam e produzem corpos, como de professoras/es também foram/são continuamente construídos, para atender aos interesses da heteronormia social vigente e hegemônica, pois, “os mais antigos manuais já ensinavam aos mestres os cuidados que deveriam ter com os corpos de seus alunos” (LOURO, 2003, p.61). Destaca-se, em relação a essa construção e cuidados com os corpos, que:

Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura (LOURO, 2000, p.6)

Essa norma de moldes patriarcais não é facultada só à instituição escolar, mas, a todas as instituições educativas que configuram os interesses da sociedade moderna ocidental. Desse modo, precisamos estar atentas/os a todo o movimento que é visto com comum e trivial. Os olhares precisam ‘atravessar paredes’, pois são os fenômenos pensados simples, que merecem olhares atentos.

Na perspectiva das brincadeiras e interações das crianças pequenas nos horários livres do recreio, nós dialogamos com as estudiosas feministas presentes nesse estudo, pois, livres dos olhares da censura dos adultos, meninas e meninos, dividem os mesmos brinquedos, espaços e tempos, borrando as fronteiras de gênero e revelando que são crianças!

Observamos que no tempo livre do recreio, nas brincadeiras de correr e embolar no chão, bolinhas de gude, jogar pião, jogar bola, pega-pega, esconde-esconde, empinar pipa e brincadeira de casinha, as crianças, borraram as fronteiras de gênero, livres de olhares reguladores das/es professoras/es.

Nessa pauta, Louro observa que,

Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagens, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe – são constituídos por essas distinções e é, ao mesmo tempo seus produtores. Todas essas dimensões precisam, pois, ser colocadas em questão. (LOURO, 2003, p.64)

É preciso problematizar os nossos valores e crenças; o que ensinamos, a forma como ensinamos, e de que maneira, as crianças recebem esse aprendizado.

As/Os professoras/es, por sua vez, “mesmo que de forma não intencional, [...] acabam reproduzindo as desigualdades de gênero existente na sociedade, a partir de concepções essencialistas, pautadas em uma “natureza” capaz de determinar irremediavelmente os comportamentos masculinos e femininos” (GUIZZO, 2004, p.36).

Observamos que nos espaços da escola, as crianças têm seus corpos disciplinados pelos conteúdos curriculares da ciência patriarcal que por sua vez também constituíram/constituem os olhares, gestos e demais linguagens das/os professoras/es.

Nesse sentido, observamos que a disciplina na escola, fabrica desigualdade de gênero, atravessando todo o currículo dessa instituição (LOURO, 2000).

Consideramos importante, que sejam levadas para a formação docente, temas como gênero, corpo e sexualidade pois, precisamos entender que o currículo escolar é um território de relações de poder e que, de acordo com a heteronorma hegemônica da sociedade moderna ocidental, as mulheres são rebaixadas, discriminadas e marginalizadas. Dessa forma, esse currículo precisa ser constantemente questionado e vigiado para proporcionar às crianças, atividades que problematizem a norma e que assim possam desconstruir o eixo vertical que dá poder supremo aos homens, favorecendo uma cultura de violências de toda ordem contra a mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou, à luz dos estudos feministas e teorização pós estruturalista, as relações de gênero e sexualidade de meninas e meninos, frente às práticas educativas de professoras e professores, nos espaços e tempos da escola. O intuito foi compreender se essa instituição contribuía com a produção desigual de gênero e sexualidade dessas crianças.

A observação participante, os registros sistemáticos e a análise bibliográfica permearam todo o percurso do estudo que teve como base alguns parâmetros preestabelecidos para o olhar do comportamento de meninas e meninos, frente as práticas educativas

A investigação das diversas linguagens observadas nos espaços escolhidos por meninas e meninos para as brincadeiras, a escolha de brinquedos e a interação entre elas e eles em uma só brincadeira, foram alvo do estudo.

A pesquisa nos mostrou que o processo de construção dos sujeitos é perene e sutil, ocorrendo sobremaneira, nas práticas cotidianas que devem ser alvo de atenção e que são percebidas como triviais e 'naturais'.

São as rotinas na escola que passam quase despercebidas, que moldam os espaços da escola, produzindo relações desiguais de gênero.

Com base nessas análises, percebemos que a escola tem sido palco de transmissão da ciência patriarcal e nesse foco precisa rejeitar fundamentações que estruturam e

teimam em submeter e discriminar a mulher, em nome da lógica da masculinidade dominante.

Observações como as aulas baseadas no livro didático, cujo teor apresentam imagens de mulheres na cozinha e homem na sala lendo jornal, as salas de aula e os cantinhos de brincadeiras divididos por cores (cor-de-rosa para meninas e azul para meninos), a separação de meninas e meninos para os trabalhos em grupo, o rigor na disciplina que meninas precisam ter porque mocinhas não sentam de qualquer forma, as filas separadas por meninos e meninas, a escolha de bonecas para meninas e carrinhos para meninos, assim como a grande dimensão dos espaços para os meninos porque estes brincam de luta e de jogar bola, enquanto as meninas repetem modelos aprendidos e reforçados nas práticas educativas e brincam em espaços delimitados pela disciplina da instituição, precisam ser desconstruídas!

Nessa lógica, percebemos que a escola disciplina corpos e constrói sujeitos, reforçando um binarismo de desigualdades que secundariza a mulher, discriminando-a, ao passo que exalta o homem, dando sequência ao processo da lógica androcêntrica.

As estratégias para que possamos pensar em romper o processo da lógica patriarcal na escola precisam do reconhecimento de como as desigualdades são construídas e nessa mesma lógica, a sensibilidade e disponibilidade para o envolvimento com pesquisas e ensaios nos estudos feministas precisam se constituir como um dos elementos fulcrais para provocações, questionamentos para o reconhecimento da construção cultural das desigualdades. A pesquisa tentou nos mostrar que esses são alguns possíveis caminhos que podem ser trilhados para agendas de uma sociedade justa!

Espera-se que esse estudo venha a motivar pesquisadoras/as inquietas/os em questionar e teorizar o desigual espaço que a mulher ocupa na sociedade moderna ocidental, podendo assim construir trilhas de igualdade social.

AGRADECIMENTOS

Às crianças livres e felizes quando borram as fronteiras de gênero!

REFERÊNCIAS

1. ABREU, Jânio Jorge Vieira de; ANDRADE, Thamyres Ramos de. *A Compreensão do Conceito e Categoria Gênero e sua Contribuição para as Relações de Gênero na Escola*. Teresina: VI Encontro de Pesquisa em Educação, 2010. Disponível em: www.ufpi.br. Acesso em 26 jul.2020.
2. ARROYO, Miguel G. *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. Petrópolis: Vozes, 2012.
3. BRASIL. *A armadilha do gênero – Mulheres, violência e pobreza*. 2010. Disponível em: <https://fbes.org.br/2010/03/14/relatorio-mostra-que-70-dos-pobres-do-planeta-sao-mulheres/>. Acesso em: 26 jul.2020
4. BOMFIM, Claudia. *Desnudando a educação sexual*. Campinas: Papyrus, 2012.
5. CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de (et al). *Equidade de Gênero e Diversidade Sexual na Escola: Por uma prática pedagógica inclusiva*. João Pessoa: ed. Universitária. UFPB, 2009.
6. _____. *Gênero e Diversidade Sexual: um glossário*. João Pessoa: ed. Universitária. UFPB, 2009.
7. FAUSTO-STERLING, Anne. *Sex / Gender: biology in a social world*, Lillington. Carolina do Norte: Routledge, 2012.
8. FINCO, Daniela. *Relações de Gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil*. Pro –posições: Dossiê: Educação Infantil e Gênero. Vol.14, nº 42, p. 89 – 102. Set/dez. 2003. Disponível em: periodicos.sbu.unicamp.br. Acesso em: 31 jul. 2020.
9. FURLANI, J. *Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico racial numa proposta de respeito às diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
10. GUIZZO, Bianca S; FELIPE, Jane. *Entre batons, esmaltes e fantasias*. In: MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela de (Orgs). *Corpo, gênero e sexualidade*. Porto Alegre: Mediação, 2008.
11. LOURO, Guacira Lopes. *Pedagogias da sexualidade*. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
12. _____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2003.

-
13. _____. *Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2008.
14. MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia Científica*. 6. Ed. São Paulo: Atlas. 2011.
15. MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela de (Orgs.). *Corpo, Gênero e Sexualidade*. Porto Alegre: Mediação, 2008.
16. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 18. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
17. MORENO, Montserrat. *Como se ensina a ser menina. o sexismo na escola*. São Paulo: Moderna, 2003.
18. RIBEIRO, Djamila. *O que é: lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento. Justificando, 2017.
19. SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
20. SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. New York: Columbia University Press. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. 1989.G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 28 jul.2020.
21. VIANNA, Cláudia; FINCO, Daniela. *Meninas e Meninos na Educação Infantil: Uma questão de Gênero e Poder*. Campinas: Cadernos Pagu n. 33, p, 8, 2009. Disponível em www.scielo.br. Acesso em: 20 jul. 2020.